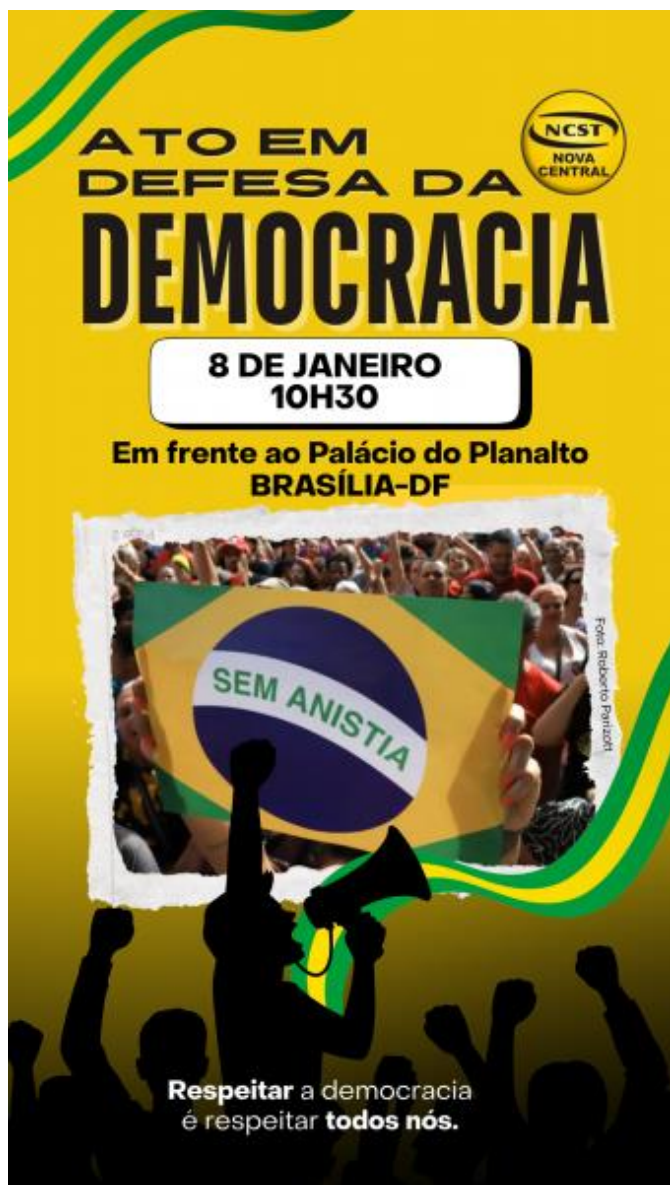


Brasília-DF, 07 de janeiro de 2026

8 de janeiro: Nova Central participa de ato pela democracia e contra a anistia



Nesta quinta-feira (8/1), Brasília recebe um ato conjunto em defesa da democracia, reunindo centrais sindicais, movimentos sociais e o governo federal. A mobilização marca três anos dos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023 e se posiciona contra o Projeto de Lei da Dosimetria, aprovado pelo Congresso Nacional e apontado como uma forma de anistia aos responsáveis pelos atos antidemocráticos.

A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), que integra a convocação conjunta, destaca a importância da participação no ato, que terá início a partir das 10h30, em frente ao Palácio do Planalto, com

atividade simbólica prevista para o meio-dia. Estão confirmadas as presenças do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, além de dirigentes sindicais e representantes da sociedade civil.

“A Nova Central Sindical reafirma que não há desenvolvimento com autoritarismo e que a soberania popular, o diálogo e as liberdades democráticas são pilares inegociáveis. Vamos fortalecer a defesa e a preservação do Estado Democrático de Direito”, afirma Sônia Zerino, presidente da NCST.

Serviço | Ato em Defesa da Democracia

- Data: Quinta-feira, 8 de janeiro
- Local: Em frente ao Palácio do Planalto – Brasília (DF)
- Concentração: A partir das 8h
- Atividade simbólica: 12h
- Acesso e credenciamento: Em frente ao Ministério da Justiça
- Desembarque de ônibus e vans: Via José Sarney (acima da Alameda das Bandeiras)
- Orientações de segurança: Não é permitido portar mastros de bandeira, suportes de madeira ou garrafas

Fonte: NCST

Como fazer cenários eleitorais?



Neuriberg Dias*

Concorrer a uma eleição no Brasil não depende apenas de popularidade ou propostas. O processo eleitoral é regido por regras que envolvem filiação partidária, convenções, registro de candidaturas, campanhas e, sobretudo, a forma como os votos são

Brasília-DF, 07 de janeiro de 2026

convertidos em cadeiras. Conhecer essas etapas é fundamental para formular estratégias eleitorais eficazes.

Este artigo analisa o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro e sua importância para partidos, federações e candidatos, com foco no cálculo e no impacto dos votos sobre os resultados eleitorais.

O Brasil adota dois sistemas eleitorais. Nos cargos majoritários — presidente, governador, prefeito e senador — vence quem obtém o maior número de votos válidos, podendo haver dois turnos. No caso das eleições para prefeito, o segundo turno só ocorre em municípios com mais de 200 mil eleitores, quando nenhum candidato alcança maioria absoluta no primeiro turno.

Já o sistema proporcional é utilizado para eleger deputados federais, estaduais, distritais e vereadores. Nesse modelo, os votos não elegem diretamente candidatos individuais, mas determinam quantas cadeiras cada partido ou federação terá direito em cada unidade da federação.

Construir cenários eleitorais proporcionais exige mais do que conhecer a legislação: é necessário compreender o comportamento do eleitorado e a estrutura partidária em cada Estado. Para isso, compartilho um passo a passo simples que pode ser aplicado a partir de dados oficiais do TSE, considerado decisivo para montar uma campanha para eleições de deputados federais.

O primeiro passo é a extração e organização precisa dos resultados das últimas campanhas eleitorais para deputado federal, considerando migrações partidárias, federações existentes ou em formação e seus impactos nos estados. Isso permite fazer uma avaliação do passado, presente e futuro de cada partido e de suas decisões de candidaturas.

O segundo passo, após esse reagrupamento, é estimar o quociente eleitoral dividindo os votos válidos pelo número de cadeiras disponíveis. Esse cálculo é central para projetar a distribuição de cadeiras e avaliar a viabilidade eleitoral de partidos, federações e candidatos.

O terceiro passo é aplicar a regra - a distribuição das cadeiras no sistema proporcional ocorre em quatro etapas: Partidos ou federações devem atingir o quociente eleitoral, e os candidatos, pelo menos 10%

desse quociente; as cadeiras remanescentes são distribuídas pela média, exigindo que partidos atinjam 80% do quociente e candidatos, 20%: mantém-se a exigência de 80% para partidos, mas as cadeiras são atribuídas aos candidatos mais votados, sem exigência mínima individual; e caso nenhum partido atinja o quociente, todas as cadeiras são atribuídas aos candidatos mais votados.

O quarto passo é analisar os resultados em vários níveis para compreender o potencial do partido e como foi o desempenho de quantas cadeiras podem eleger e de quantos são necessários ou faltaram para obter uma cadeira.

E o quinto e último fazer uma leitura política permanente na campanha e compreender esse processo é essencial para prever resultados e orientar decisões estratégicas. Mais do que um exercício de cenarização, o entendimento do sistema eleitoral é uma ferramenta política decisiva, permitindo campanhas mais eficientes, melhor aproveitamento dos votos e maior racionalidade nas decisões no decorrer de uma campanha eleitoral.

**Jornalista, Analista Político, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e sócio-Diretor da Contatos Assessoria Política*

Fonte: Diap

STF organiza evento para marcar três anos dos atos de 8 de janeiro

Evento em Brasília irá relembrar ataques antidemocráticos e debater defesa da democracia.



Programação prevê exposição temática, exibição de documentário e debates com jornalistas.

Fabio Rodrigues-Pozzebom /Agência Brasil/Arquivo

O Supremo Tribunal Federal (STF) prepara, para o dia 8 de janeiro, em Brasília, uma série de atividades institucionais em memória dos ataques

Brasília-DF, 07 de janeiro de 2026

antidemocráticos ocorridos há três anos, quando grupos mobilizados por apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro invadiram e destruíram as sedes dos Três Poderes na capital federal, defendendo a ruptura institucional.

A data será marcada pelo evento "Democracia Inabalada: 8 de janeiro - Um dia para não esquecer", organizado pela Corte. A agenda reúne iniciativas culturais e debates públicos, como a inauguração de uma mostra temática, a apresentação de um documentário, um encontro com jornalistas e um debate em formato de mesa-redonda.

A programação tem início no começo da tarde, com a abertura da exposição "8 de janeiro: Mãos da Reconstrução", que ficará instalada no Espaço do Servidor do STF. Na sequência, o público poderá assistir ao documentário "Democracia Inabalada: Mãos da Reconstrução", exibido no Museu do tribunal.

Ainda no museu, está prevista uma roda de conversa com profissionais da imprensa para discutir os desdobramentos e significados do episódio. O encerramento ocorre no Salão Nobre do Supremo, com a mesa-redonda "Um dia para não esquecer".

Contexto dos ataques

A escalada de ações antidemocráticas teve início logo após a divulgação do resultado das eleições de 30 de outubro de 2022, quando passaram a ocorrer bloqueios de estradas e a instalação de acampamentos em frente a quartéis em diversas regiões do país, com pedidos de intervenção militar para impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Entre os episódios que antecederam o 8 de janeiro estão a tentativa de explosão de um artefato próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília, na véspera do Natal, e a invasão de uma delegacia da Polícia Federal após a queima de ônibus no dia da diplomação presidencial.

Após a apuração desses fatos, o STF concluiu processos que resultaram na condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de aliados próximos por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. De acordo com as decisões, ficou comprovada a existência de uma articulação para deslegitimar o resultado das urnas e manter o então chefe do Executivo no poder, inclusive com tentativas de obter apoio das Forças Armadas para anular o processo eleitoral.

Fonte: Congresso em Foco

Movimentos sociais fazem ato em SP contra invasão dos EUA na Venezuela

Manifestação convocada pelo MST critica ação militar e intervenção externa.



Vereadora acusa interesse econômico dos EUA. Lucas Lacaz Ruiz/Folhapress

Na tarde desta segunda-feira (5), sindicatos e movimentos sociais realizaram uma manifestação em São Paulo (SP) contra a invasão dos Estados Unidos na Venezuela. O ato "Fora Trump da Venezuela e da América Latina" ocorreu em frente ao Consulado dos Estados Unidos.

O protesto foi convocado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os manifestantes criticaram a ofensiva, que teria provocado cerca de 80 mortes, e a detenção do presidente Nicolás Maduro e da primeira-dama, Cilia Flores. A vice-presidente Delcy Rodríguez assumiu interinamente o comando do país.

Durante o protesto, a vereadora Silvia Ferraro (Psol-SP) discursou em frente ao consulado e acusou Donald Trump de agir por interesses econômicos. Segundo a parlamentar, o presidente norte-americano busca controlar recursos estratégicos da região, incluindo o petróleo venezuelano, as terras raras brasileiras e outras riquezas naturais latino-americanas.

A vereadora citou declarações recentes de Trump para alertar sobre ameaças à soberania dos países da região. "Trump quer transformar todos nós em colônia dos Estados Unidos e nós precisamos rechaçar e repudiar tudo isso", afirmou Silvia.

Silvia Ferraro defendeu uma reação coordenada dos governos e afirmou que lideranças como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a presidente do México, Claudia Sheinbaum, e o presidente da Colômbia,

Brasília-DF, 07 de janeiro de 2026

Gustavo Petro, devem assumir papel central na resistência regional às ações norte-americanas.

Fonte: Congresso em Foco

Acidentes de trabalho crescem e atingem mais a população negra no Brasil

Anuário oficial aponta que 53% dos registros de 2024 envolveram trabalhadores negros e revela avanço contínuo das ocorrências ao longo da última década



Acidentes de trabalho crescem e atingem mais a população negra no Brasil (Foto: Agência Fiep)

Os acidentes de trabalho seguem em trajetória de crescimento no Brasil e afetam de forma desproporcional a população negra. Dados consolidados referentes a 2024 mostram que mais da metade dos registros com identificação de raça ou cor tiveram como vítimas trabalhadores pretos e pardos, evidenciando desigualdades estruturais no mercado de trabalho e nos ambientes laborais do país.

As informações constam do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT) 2024, que analisou 787,4 mil ocorrências com dados completos de raça/cor. Desse total, 417,6 mil acidentes — o equivalente a 53% — impactaram diretamente a população negra. A publicação oficial foi lançada em dezembro de 2025 e teve seus dados detalhados divulgados no início de janeiro de 2026.

O levantamento traz, pela primeira vez, tabelas segmentadas por raça/cor e nível de escolaridade dos trabalhadores acidentados. Entre os registros de 2024, os trabalhadores brancos concentraram 360.907 acidentes (45,8%), enquanto os pardos somaram 347.053 ocorrências (44%) e os pretos, 70.508 casos (9%). Também foram contabilizados 6.501 acidentes com trabalhadores amarelos (0,7%) e 2.393 envolvendo indígenas (0,2%). Outros 46.686 registros não continham informação sobre raça ou cor, totalizando 834.048 acidentes de trabalho no ano.

O crescimento entre trabalhadores pretos e pardos chamou atenção no comparativo com 2023. Segundo

o relatório, o aumento nesse grupo foi de quase 16%, ritmo superior ao observado entre trabalhadores brancos, que tiveram alta de 9,7% no mesmo período. Em uma análise mais ampla, considerando a série histórica de 2014 a 2024, o número total de acidentes de trabalho cresceu 10,6% no país.

De acordo com o coordenador-geral de Estatísticas e Estudos Previdenciários, Alexandre Zioli, a tendência de alta vem se mantendo nos últimos anos. “O crescimento nos registros segue o mesmo ritmo que vem sendo observado a partir de 2021”, afirma. Ele ressalta que o avanço não está ligado apenas à expansão do mercado de trabalho. “O número de acidentes não está crescendo apenas porque aumentou o número de pessoas no mercado de trabalho, há um crescimento real de ocorrências e que afetou 16,9 trabalhadores a cada grupo de 1;000”, explicou.

Outro dado relevante do anuário é o avanço expressivo dos chamados acidentes de trajeto, que ocorrem no deslocamento entre a residência e o local de trabalho. Em relação a 2023, esse tipo de ocorrência cresceu 17,8%. Quando comparado a 2022, o salto foi ainda maior: 45,3%, com os registros passando de 124.829 para 181.335 casos.

A análise por atividade econômica mostra que o atendimento hospitalar voltou a liderar o ranking de acidentes de trabalho em 2024, com 70.874 registros. Na sequência aparecem o comércio varejista de mercadorias em geral, com 35.324 ocorrências, e o transporte rodoviário de cargas, que contabilizou 24.931 acidentes ao longo do ano.

O AEAT também detalha as consequências dos acidentes registrados. A maioria resulta em afastamentos de curta duração ou sequer gera afastamento do trabalho. “A grande maioria dos acidentes resulta em afastamentos de menos de 15 dias. Ou seja, um afastamento que sequer gera um benefício previdenciário”, destacou Alexandre Zioli. Em 2024, cerca de 193 mil acidentes demandaram apenas assistência médica, com retorno imediato do trabalhador às atividades, enquanto 557 mil provocaram afastamentos inferiores a 15 dias. Juntos, esses casos representam 88,1% do total.

Nos episódios mais graves, o impacto foi significativo. O anuário aponta que 9.315 acidentes resultaram em invalidez permanente, e outros 3.394 levaram à morte do trabalhador, reforçando a dimensão humana e social do problema dos acidentes de trabalho no Brasil.

Fonte: Brasil247